



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Gerência de Planejamento e Execução do Ensino

EDITAL Nº 12/2021

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A Desembargadora Regina Ferrari, Diretora da Escola do Poder Judiciário – ESJUD, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, faz saber pelo presente Edital que estarão abertas as inscrições para o curso **Direitos Fundamentais desde uma Perspectiva de Gênero, no período de 5 a 15 de março de 2021**, conforme as regras nele determinadas.

1 DAS INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Curso: Direitos Fundamentais desde uma Perspectiva de Gênero.

1.2 Docentes:

- Adriana Ramos de Mello;
- Adriana Alves dos Santos Cruz;
- Karen Luise Vilanova Batista de Souza;
- Lívia de Meira Lima Paiva.

1.3 Currículos Simplificados:

Adriana Ramos de Mello - Juíza Titular do 1.º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Rio de Janeiro. Mestre em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2005), Mestre em Criminologia pela Universidade de Barcelona, Espanha (2011) e Doutora em Direito Público e Filosofia Juridicopolítica pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha (2015). Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro; Professora e Conferencista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro; Presidente do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia - NUPEGRE, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e Coordenadora do Curso de Pós-Graduação, *latu sensu*, Gênero e Direito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Formadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENAMAT e Integrante do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito – PPGPD da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM.

Adriana Alves dos Santos Cruz - Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região. Doutora em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2018), Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC (2010) e Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1993). Especialista em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP (1998). Pesquisadora da criminalidade econômica e sua relação com a democracia, crimes no ambiente político-partidário, *compliance* e questões raciais.

Karen Luise Vilanova Batista de Souza - Juíza de Direito da 1ª Vara do Júri da Comarca de Porto Alegre. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio Grande do Sul (1994). Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Integrante da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, da Associação dos Juizes para a Democracia, do Instituto de Acesso à Justiça e da Comissão da Verdade sobre a Escravidão da OAB/RS, do Comitê de Igualdade de Gênero, Raça e Diversidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Formadora da Escola Nacional de Formação de Magistrados - ENFAM. Integrante do Grupo de Trabalho de Políticas Judiciárias sobre igualdade Racial no âmbito do Poder Judiciário - CNJ.

Lívia de Meira Lima Paiva - Doutoranda e Mestre em Direito na UFRJ, com período de pesquisa doutoral na UNAM/México. Professora efetiva do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Pesquisadora do DIHCI (Direitos Humanos, Cultura e Identidade). Integrante do Fórum Permanente de Direitos Humanos da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, onde também é Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia - NUPEGRE. Possui curso de extensão na Université Paris VIII em cultura e organizações internacionais e Université

Paris-Dauphine (2011). Pesquisadora nas áreas de Direitos Humanos, Teoria Feminista do Direito, Filosofia Feminista do Direito, Direito penal e Políticas culturais.

1.4 Modalidade: Encontros Síncronos -Transmissão Plataforma Google Meet - Videoconferência

1.6 Período de inscrição: de 5 a 15 de março de 2021.

1.7 Período de realização: 17, 18, 24, 25 e 31 de março de 2021.

1.8 Local: Plataforma Google Meet.

1.9 Pré-requisito tecnológico: Conhecimento básico de informática e acesso à *Internet*.

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1 Público-Alvo Prioritário: Magistrados e Servidores que atuam nas Varas de Proteção à Mulher, Criminais, do Tribunal do Júri e em plantões judiciais e audiências de custódia.

2.2 Público-Alvo Remanescente: Magistrados e Servidores em geral.

3 DAS VAGAS

3.1 Número de vagas: 40 (quarenta) vagas.

3.2 Preenchimento das vagas:

3.2.1. As vagas serão preenchidas, preferencialmente, pelo público-alvo prioritário do item 2.1 deste Edital.

3.2.2 As vagas não preenchidas serão disponibilizadas ao público-alvo remanescente do item 2.2 deste Edital.

3.3 As vagas do curso Direitos Fundamentais desde uma Perspectiva de Gênero serão preenchidas de acordo com a ordem de inscrição no Sistema de Gestão de Ensino - SIGEN, com observância dos critérios estipulados no item 3.2 e conforme o número de vagas do item 3.1 deste Edital.

4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 Entre o período de 5 a 15 de março de 2021, ficará disponível na página virtual da Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre - ESJUD, <https://esjud.tjac.jus.br>, o link para inscrição no curso Direitos Fundamentais desde uma Perspectiva de Gênero.

4.2 A inscrição será realizada pelo Sistema de Gestão de Ensino - SIGEN, página virtual da Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre - ESJUD: <https://esjud.tjac.jus.br>.

4.3. A confirmação da inscrição de cada será enviada ao solicitante até o último dia útil que antecede o evento.

4.4 O envio da confirmação da inscrição será feito, exclusivamente, para o *e-mail* informado pelo solicitante no momento da inscrição pelo SIGEN.

4.5 O interessado em participar do curso Direitos Fundamentais desde uma Perspectiva de Gênero deverá realizar o cadastro e a inscrição pelo Sistema de Gestão de Ensino - SIGEN, por meio do acesso ao seguinte endereço eletrônico da Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre: <https://esjud.tjac.jus.br>.

4.6 Ao final da ação educacional, a Gerência da Administração de Ensino - GEADE fará os devidos registros no Sistema de Gestão do Ensino - SIGEN para posterior liberação da certificação de cada participante.

5 DA EMENTA

Aproximação conceitual: gênero, direito, patriarcado, violência contra as mulheres e violência de gênero.

Aspectos do Direito Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres - Sistema de Proteção - Regulação das Obrigações e Omissões dos Estados.

Aproximação Conceitual às Categorias de Interseccionalidade e de Acesso à Justiça.

Desafios, Possibilidade, e Limites do Direito para tratamento de Violência Estruturais.

O acesso à justiça, uma questão de gênero e participação política das mulheres, incorporação da perspectiva de gênero no fenômeno jurídico, aplicação de instrumentos internacionais na agenda nacional e a violência de gênero. Modelos de protocolos de julgamento com perspectiva de gênero.

6 DA METODOLOGIA

Método interrogativo. A tutora instigará os participantes à reflexão sobre sua realidade e possíveis soluções para os problemas propostos, utilizando o conhecimento adquirido. Estudo de caso e participação nas discussões.

7 DA AVALIAÇÃO

7.1 Avaliação de aprendizagem

7.1.1. A avaliação será diagnóstica e formativa. Diagnóstica, considerando as experiências dos magistrados/servidores. Formativa, com instrumentos de verificação teórico-prática, além de assiduidade, pontualidade e participação nas atividades propostas nos encontros na plataforma Google Meet.

7.1.2. Terá direito ao certificado de participação no curso o aluno que obtiver a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total.

7.2. Avaliação de reação: O acesso ao formulário de avaliação de reação será disponibilizado no último dia do curso por meio do link https://esjud.tjac.jus.br/sigen/publico/login_aluno.xhtml, que deverá ser preenchido pelo aluno no prazo de 5 (cinco) dias a contar do término do curso. O instrumento avalia a contribuição do curso no desempenho profissional do aluno e permite a observação sobre a capacidade e o domínio do professor quanto à matéria, habilidade de comunicação, metodologia e material didático, dentre outros aspectos pertinentes.

8 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O cancelamento de inscrição poderá ser feito pelo participante até 48 (quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional ao *e-mail* da Gerência de Administração de Ensino - GEADE: geade@tjac.jus.br.

8.2 Eventuais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da ESJUD.

Desembargadora **Regina Ferrari**
Diretora da ESJUD

Anexo I

Cronograma

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ETAPA
5 de março de 2021	A partir das 8h	Diário da Justiça	Publicação do Edital
5 a 15 de março de 2021	Das 8h do dia 5 às 23h59min do dia 15 de março de 2021.	https://esjud.tjac.jus.br	Período de inscrição
17 de março de 2021.	Das 14h às 18h.	Google Meet	Módulo 1 - Aproximação conceitual: gênero, direito, patriarcado, violência contra as mulheres e violência de gênero. Docente: Dr ^a . Adriana Ramos de Mello.
18 de março de 2021.	Das 14h às 18h.	Google Meet	Módulo 2 - Aspectos do Direito Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres - Sistema de Proteção - Regulação das Obrigações e Omições dos Estados. Docentes: Dr ^a . Adriana Alves dos Santos Cruz e Dr ^a . Karen Luise Vilanova Batista de Souza.

24 de março de 2021.	Das 14h às 18h.	Google Meet	Módulo 3 - Aproximação Conceitual as Categorias de Interseccionalidade e de Acesso à Justiça. Docente: Dr ^a .Adriana Ramos de Mello.
25 de março de 2021.	Das 14h às 18h.	Google Meet	Módulo 4 - Desafios, Possibilidade, e Limites do Direito para tratamento de Violência Estruturais. Docente: Dr ^a . Lívia de Meira Lima Paiva
31 de março de 2021.	Das 14h às 18h.	Google Meet	Módulo 5 - O acesso à justiça, uma questão de gênero e participação política das mulheres, incorporação da perspectiva de gênero no fenômeno jurídico, aplicação de instrumentos internacionais na agenda nacional e a violência de gênero. Modelos de protocolos de julgamento com perspectiva de gênero. Docente: Dr ^a .Adriana Ramos de Mello.

Rio Branco-AC, 03 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargadora REGINA Célia FERRARI Longuini**,
Desembargador(a), em 04/03/2021, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **0931241** e o código CRC **15C48700**.